

Maílson vai a credor explicar moratória

IZABEL CRISTINA



Cancun — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, antecipou aqui que terá “uma conversa franca” com presidentes de grandes bancos americanos amanhã, em Nova Iorque, sobre os motivos que levaram o Governo a não efetuar os pagamentos de 1,6 bilhão de dólares do serviço da dívida que venceram na última segunda-feira. As razões, segundo ele, são tanto econômicas quanto políticas.

“Pagar agora seria como pingar a gota d’água que poderia fazer transbordar o processo de incertezas que existe no País. Estamos num momento muito delicado, diante de uma transição difícil” disse o ministro ontem à tarde.

Segundo ele, essa moratória não é uma medida de confrontação ou hostilidade do Governo, mas sim uma iniciativa necessária para “manter a ordem e o equilíbrio” dentro do País.

“Um ponto que vou colocar aos banqueiros é o de que não é interesse do Brasil, e tampouco deve ser o dos credores, submeter a nossa economia a uma incerteza adicional. Fazer isso seria imperdoável do ponto de vista histórico. O que está em jogo, afinal, é a própria viabilidade do processo de transição democrática. Os bancos não podem ser míopes. O momento é muito delicado”.

Ele reafirmou que deixar de pagar

os juros não é uma questão de princípio, mas uma necessidade para preservar as reservas. Essa preocupação, segundo o ministro, se deve ao fato de ter havido inesperadas mudanças de percurso desde que se fez um acordo com os bancos há exatamente um ano atrás.

Maílson da Nóbrega dirá aos banqueiros que a nova Constituição brasileira teve um “efeito arrasador” sobre o déficit fiscal. Essa afirmação será traduzida através de um número básico: enquanto se previa um déficit geral equivalente a 2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1988, as mudanças acrescentadas pela Constituição provocaram o aparecimento de um déficit de 3,5 por cento só na área federal. O Governo ainda está apurando os seus efeitos a níveis estadual e municipal.

Desde então, segundo ele deixou claro, o Governo perdeu o controle da situação, uma vez que não tinha mais em suas mãos as rédeas da economia.

“Uma coisa foi arrastando a outra. A ausência de um acordo com o FMI provocou um efeito dominó, dificultando nossas conversas com o Banco Mundial, o Japão e com os próprios bancos privados” disse o ministro.

Acrescente-se a isso, segundo ele, o fato de que as dificuldades enfrenta-

das pelo Governo na implantação do Plano Verão propiciaram a criação de um quadro de expectativas negativas no Brasil. O resultado prático se fez sentir de imediato: quem tinha dinheiro, que poderia ser aplicado no País começou a enviar para o exterior.

“As remessas de lucros para fora do País foram acima do normal. Só nos primeiros seis meses deste ano saíram 2 bilhões de dólares, o que é bem mais do que foi remetido durante todo o ano de 1988 (1,6 bilhão de dólares)” - revelou o ministro.

Essa sangria foi agravada por outras duas remessas, de caráter oficial: houve uma considerável transferência líquida de recursos do Brasil para os seus credores. Ou seja: o total dos pagamentos feitos pelo País foi maior do que os empréstimos recebidos.

“O fluxo líquido foi negativo: enviamos 1 bilhão de dólares ao FMI e outro 1 bilhão ao Banco Mundial” - contou Maílson.

Além de expor todos esses dados “de viva voz”, como disse, aos presidentes dos bancos credores do Brasil, o ministro da Fazenda vai acertar a visita ao País de técnicos do subcomitê econômico de assessoramento aos bancos, para que eles folheiem os livros contábeis da Nação e verifiquem com seus próprios olhos que a situação é difícil.